



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios nº 0221786-9/02**

**Embargante:** Diógenes de Andrade Filho e Cia Ltda.

**Advogado:** Diógenes de Andrade Neto.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Maria do Carmo dos Santos Coelho.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. COMPETÊNCIA DO PRÓPRIO RELATOR. NULIDADE DO ACÓRDÃO EMBARGADO PROFERIDO PELO ÓRGÃO COLEGIADO. NECESSIDADE DE DECISÃO UNIPESSOAL EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO PARALELISMO DAS FORMAS. PRECEDENTES DO STJ. ACLARATÓRIOS PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A matéria em questão já fora apreciada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça que sedimentou o posicionamento no sentido de que os Embargos Declaratórios opostos contra decisão monocrática do Relator devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada.

2. Tal entendimento foi uniformizado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça em obediência ao Princípio do Paralelismo das Formas e também como instrumento de preservação do conteúdo da decisão combatida, no intuito de se evitar que alguma questão porventura suscitada não seja aclarada, correndo o risco de se tornar preclusa.

3. Aclaratórios providos para anular o acórdão colegiado e ser renovado o exame por ato decisório singular.

4. Decisão por unanimidade

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0221786-9/02, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 21 / 03 / 2013, por unanimidade dos votos, em dar provimento ao presente recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. I.

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

---

**Embargos Declaratórios nº 0221786-9/02**

**Embargante:** Diógenes de Andrade Filho e Cia Ltda.

**Advogado:** Diógenes de Andrade Neto.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Maria do Carmo dos Santos Coelho.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração nº 0221786-9/02 em face de acórdão lavrado nos Embargos de Declaração nº 0221786-9/01, este oposto em face de decisão terminativa proferida nos autos da Apelação Cível em apenso, a qual conheceu dos aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria discutida, negando-lhes provimento.

Em suas razões de fls. 02/05, sustenta o embargante, em síntese, a nulidade do acórdão recorrido, tendo em vista que compete ao relator, e não ao órgão colegiado, apreciar os embargos dirigidos contra decisão sua, unipessoal, em obediência ao princípio do Paralelismo das Formas.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes Embargos de Declaração, dando-lhes regular processamento, para, sanando o erro material apontado, seja declarada a nulidade do acórdão embargado com a realização de novo exame dos aclaratórios anteriormente opostos, via ato decisório singular.

Em face do despacho de fl. 13, o Estado embargado atravessou petição de fls. 18/20, manifestando-se pela manutenção da decisão embargada, com a aplicação dos Princípios da Instrumentalidade das Formas e Economia Processual.

**É o relatório.**

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães- Relator.**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos Declaratórios nº 0221786-9/02**

**Embargante:** Diógenes de Andrade Filho e Cia Ltda.

**Advogado:** Diógenes de Andrade Neto.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**Procurador:** Maria do Carmo dos Santos Coelho.

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Sustenta o Embargante, em síntese, que deve ser anulado o v. acórdão lavrado nos autos dos embargos de declaração nº 0221786-9/01, sob a alegação de que como os citados aclaratórios foram interpostos contra decisão proferida monocraticamente por este relator, os mesmos deveriam ter sido julgados por meio de decisório singular.

Reexaminando a questão em comento tenho que, de fato, a irresignação da parte embargante merece prosperar.

A matéria em questão já fora apreciada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça que sedimentou o posicionamento no sentido de que os Embargos Declaratórios opostos contra decisão monocrática do Relator devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada. Tal entendimento foi uniformizado pela Corte Superior de Justiça em obediência ao princípio do paralelismo das formas e também como instrumento de preservação do conteúdo da decisão combatida, no intuito de se evitar que alguma questão porventura suscitada não seja aclarada, correndo o risco de tornar-se preclusa.

Nesse sentido as jurisprudências do STJ abaixo transcritas:

*Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO UNIPESSOAL DE RELATOR. COMPETÊNCIA DO PRÓPRIO RELATOR. NULIDADE DO ACÓRDÃO EMBARGADO. EXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE DECISÃO UNIPESSOAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. 1. A jurisprudência pacífica desta Corte orienta-se no sentido de que os embargos declaratórios opostos contra decisão monocrática do Relator*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada, prestigiando o princípio do paralelismo de formas. Precedentes da Corte Especial. 2. Os embargos declaratórios não têm efeito devolutivo. Assim, o órgão que emitiu o ato embargado é o competente para decidir sobre ele ou apreciá-lo, in casu, reconhece-se a necessidade de anulação do acórdão embargado para renovação do exame dos embargos declaratórios por ato decisório singular do próprio Relator. 3. Embargos declaratórios acolhidos para anular o acórdão embargado Processo EDcl nos EDcl no Ag 1183876 / SC EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2009/0080504-4 Relator(a) Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ) (8205) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 25/10/2011 Data da Publicação/Fonte DJe16/12/2011.

**Ementa:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO UNIPESSOAL DE RELATOR. COMPETÊNCIA DO PRÓPRIO RELATOR. NULIDADE DO ACÓRDÃO EMBARGADO. EXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE DECISÃO UNIPESSOAL. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. 1. A jurisprudência pacífica desta Corte orienta-se no sentido de que os embargos declaratórios opostos contra decisão monocrática do relator devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada, prestigiando o princípio do paralelismo de formas. Precedentes da Corte Especial. 2. Os embargos declaratórios não têm efeito devolutivo, sendo o órgão que emitiu o ato embargado o competente para decidir sobre ele ou apreciá-lo. In casu, reconhece-se a necessidade de anulação do acórdão embargado para renovação do exame dos embargos declaratórios por ato decisório singular do próprio relator. 3. Embargos declaratórios acolhidos com o fim de anular o acórdão embargado para que outro seja proferido. Processo EDcl nos EDcl no Ag 1285543 / RS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2010/0045160-0 Relator(a) Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ) (8205) Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 18/10/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 13/12/2011

**Ementa:** PROCESSUAL CIVIL - ART. 557 DO CPC - APLICABILIDADE - EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA - NECESSIDADE DE JULGAMENTO POR MEIO DE DECISÃO UNIPESSOAL, E NÃO COLEGIADA - PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO - FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CAUSA. 1. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no artigo 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. 2. A Corte Especial uniformizou entendimento de que os embargos declaratórios opostos contra decisão monocrática do relator devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada, como mecanismo de preservação do conteúdo do decisum e em obediência ao do princípio do paralelismo de formas. 3. O reconhecimento da constitucionalidade do art. 28 da Lei n. 7.738/89, bem como das disposições legais que majoraram as alíquotas relativas ao FINSOCIAL.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*devido pelas empresas prestadoras de serviços, afastou a condenação fazendária. 4. Inexistindo condenação, não há como fixar honorários com base nesse parâmetro, sob pena de inexecutabilidade. Agravo regimental parcialmente provido, para fixar a verba honorária arbitrada na origem sobre o valor da causa, porquanto inexistente condenação. Processo AgRg nos EDcl no REsp 860910 / SP AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2006/0128484-8 Relator(a) Ministro HUMBERTO MARTINS (1130) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 24/11/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 07/12/2009*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ESPECIAL - QUESTÃO DE ORDEM - NULIDADE DO ACÓRDÃO - JULGAMENTO COLEGIADO - NECESSIDADE DE DECISÃO UNIPESSOAL - PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.** 1. A Segunda Turma, em recente assentada, uniformizou entendimento de que os embargos declaratórios opostos contra decisão monocrática do relator devem ser julgados por meio de decisão unipessoal, e não colegiada. Prestígio de antigos precedentes da Corte Especial e do princípio do paralelismo de formas. 2. Arguição de nulidade procedente. Necessidade de anulação do acórdão para renovação do exame dos embargos declaratórios por ato decisório singular. Embargos declaratórios acolhidos para anular o acórdão embargado. (EDcl nos EDcl no REsp 963.001/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 18/6/2009, DJe 1/7/2009.)

Assim, a arguição de nulidade prospera.

Por esses motivos, acolho os embargos de declaração para declarar a nulidade do acórdão que julgou os **Embargos de Declaração nº 0221786-9/01** para que seja renovado o exame dos aclaratórios por ato decisório singular.

**É como voto.**

Recife, 21 / 03 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães- Relator.**